

ECONOMIA

Brasil

CONTAS PÚBLICAS

20 SET 2004

CORREIO BRAZILIENSE

Governo concluiu estudos para aumento do aperto fiscal de pelo menos R\$ 4 bilhões. Lula definirá índice quando voltar de Nova York

Consenso sobre superávit

DA REDAÇÃO

O governo fará uma economia adicional de pelo menos R\$ 4 bilhões, que deixarão de ser gastos este ano, caso o presidente Luiz Inácio Lula da Silva aprove a proposta de aumentar a meta de superávit primário (receita menos despesas sem considerar os gastos com juros) de 4,25% para, no mínimo, 4,5% do Produto Interno Bruto (PIB).

Os estudos técnicos estão concluídos e, como antecipou o **Correio** na quinta-feira passada, entre as hipóteses está a de um superávit adicional no próximo ano, com a possibilidade de a meta ser elevada também para

4,5% do PIB. A decisão é política e depende da construção de uma posição de consenso, que vem sendo sedimentada.

O debate em torno da necessidade de reforçar a âncora fiscal (ganho de receita e contenção de despesas) é justificado aos setores políticos do governo como uma alternativa saudável que permitirá uma política de taxas de juros menos rígida. Pelo menos quatro propostas estão em análise no governo.

O ponto de partida dos estudos é o novo superávit primário deste ano, que poderia variar de 4,5% a 4,75% do PIB, dependendo do que o governo optar como alternativa de superávit primário para 2005. A elevação do superávit para 4,5%

este ano comportaria, numa das versões, a manutenção da meta de 2005 em 4,25%. Outra prevê uma elevação maior para o superávit deste ano também sem alteração da meta do próximo ano.

Arrecadação recorde

Existe ainda a possibilidade de elevar a meta deste ano e do próximo para 4,5% do PIB, bem como a de buscar 4,5% do PIB para 2004 e promover apenas um pequeno ajuste na meta do próximo ano. Em nenhuma hipótese está considerada uma elevação brusca, seja das taxas de juros ou de contenção de despesas.

Nas últimas semanas, o debate avançou e suavizou as resistências apresentadas por aqueles

que temem uma retração forte nos investimentos públicos com a decisão de o governo aumentar o superávit. Os resultados das contas públicas já mostram o superávit primário dos últimos 12 meses está em 4,65% do PIB e, no ano, em 5,59% do PIB. Além disso, a arrecadação vem batendo sucessivos recordes.

Na semana passada, o próprio ministro da Casa Civil, José Dirceu, defendeu a medida. Na prática, ele foi o primeiro a vocalizar as intenções do governo. Ele disse: "A política fiscal em execução é mais realista que os 4,25% de superávit primário. Existe um superávit potencial maior que os 4,25%, suficientes para enfrentar a pressão inflacionária".